

Já definida a política econômica; execução será feita em 3 etapas

ESTADO DE SÃO PAULO

Economia Brasil

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

25 ABR 1985

O secretário-geral do Ministério da Fazenda, Sebastião Marcos Vital, afirmou ontem que o Congresso Nacional será soberano para definir a política econômica do País, a partir de três momentos: optará por aumento de impostos, da dívida pública, expansão adicional de moeda ou realocação de recursos para cobrir o déficit de caixa de Cr\$ 53 trilhões; definirá as prioridades orçamentárias para 1986, a partir de agosto; e, em setembro, apreciará o IV PND — Plano Nacional de Desenvolvimento.

"O Congresso Nacional tomará as decisões não porque o FMI quer ou não, mas porque julga conveniente para o País", frisou Sebastião Vital, observando que também caberá ao Congresso Nacional estabelecer as condições e o respaldo para as negociações com o Fundo Monetário Internacional — FMI. "Naturalmente", salientou, "o governo apresentará sugestões ao Legislativo e explicará as consequências de cada medida em relação ao programa com o FMI."

Revelou ainda que o ministro Francisco Dornelles, ao comparecer dia 8 de maio ao Congresso Nacional, pretende desfilar um amplo debate nacional em torno da economia. Dornelles entende que a sociedade, representada pelos parlamentares, deve decidir como cobrir o déficit público e, portanto, dará o tom da política econômica este ano. Ressalva, porém, Sebastião Vital, que se supõe que o Congresso não se decida por uma opção apenas, mas por uma combinação delas. E explicou por que:

1. O financiamento do déficit apenas pela emissão de moeda pressionaria a expansão monetária em pelo menos 350%, levando a inflação brasileira aos níveis da inflação argentina, hoje em torno de 850%. Também essa é a forma mais cruel e iníqua de financiamento do déficit, porque aumenta a inflação e corrói os ganhos dos assalariados.

2. O financiamento pelo aumento da dívida pública, com lançamen-



Arquivo

Dornelles iniciará debate nacional sobre economia

to maciço de ORTN e de LTN, aumentaria a disputa de poupança entre governo e setor privado, pressionando as taxas de juros e desestimulando investimentos, o que levaria à recessão. Existe também o perigo de o setor público expulsar o setor privado do mercado.

3. Aumento da carga tributária — essa é a forma mais impopular de financiar o déficit. Todo mundo concorda com essa idéia, desde que o tributado seja o vizinho.

4. Novos cortes e realocação de recursos — como o orçamento brasileiro é incompreensível, implicaria em cortar investimentos, o que significa recessão e redução de pessoal, medida politicamente quase impossível de ser adotada.

Enfim, salientou o secretário-geral da Fazenda, o importante é que a sociedade saiba que não existe milagre para cobrir o déficit de caixa do governo, decorrente de aumento de despesas sem a devida correspondência no lado da Receita.

Sebastião Vital acredita que, após a fala de Dornelles, os parlamentares vão ouvir suas entidades de classe — Fiesp, CUT e as lideranças partidárias — para depois chegar a uma definição sobre as combinações a serem adotadas. Quanto ao orçamento para 1986, Vital não sabe ainda se ele será consolidado.

Inflação

O secretário-geral da Fazenda reiterou que não está em cogitação a mudança da fórmula de cálculo da correção monetária. "Como é uma fórmula para um trimestre, naturalmente só se saberá alguma coisa depois desse período, e estamos no primeiro mês", argumentou. Assinalou, por outro lado, que o controle de preços será mantido pela Fazenda enquanto for necessário, isto é, enquanto a inflação não baixar.

Para Vital, o primeiro mês da economia na Nova República apresentou bons resultados e a expectativa agora é com relação ao superávit fiscal deste mês.